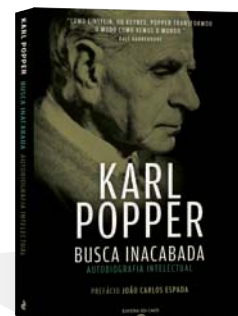


Karl Popper e a filosofia da Sociedade aberta



Este é um livro encantador, escrito por uma personalidade extraordinária, acerca da sua própria vida. No livro, tal como no autor, não encontramos presunção, nem mesquinhez, nem falsa modéstia. Da primeira à última linha, somos conquistados pelo vigor das ideias e pelo sentido de humor sobre si próprio, invulgarmente aliados à intensidade das convicções e à consciência da falibilidade de todo o empreendimento humano.

Karl Popper foi um dos grandes filósofos do século XX, e esta autobiografia intelectual é sem dúvida testemunho disso mesmo. Cada um dos momentos autobiográficos que são aqui relatados, incluindo recordações de infância e adolescência, está associado a ideias: crenças, convicções, dúvidas, problemas, soluções conjecturais para problemas. A vida de Popper foi literalmente dominada pela excitação das ideias. Era uma excitação que ele transmitia irresistivelmente aos seus interlocutores. É uma excitação que este livro transmite do princípio ao fim, mesmo nos temas mais difíceis.

*

Não me compete tentar resumir aqui os principais episódios da vida de Karl Popper, nem os traços principais da sua filosofia — ele faz ambas as coisas melhor do que ninguém nas páginas que se seguem. Mas talvez possa alertar sucintamente para algumas das profundas consequências da sua filosofia, que tantos críticos acusaram de simplista e desinteressante.

Julgo que Karl Popper concordaria se disséssemos que a mensagem principal da sua filosofia — sabemos muito pouco e cometemos muitos erros, mas podemos aprender com os nossos erros — não fez dele um filósofo particularmente popular entre os filósofos. Apesar disso (e, de certa forma, por isso mesmo), Karl Popper reiterou que aquela é a principal mensagem da civilização ocidental, a que funda a sociedade aberta que gradualmente emergiu nesta civilização, e que primordialmente a distingue dos seus inimigos. Com efeito, creio que Karl Popper nos fornece uma visão inspiradora para compreender pelo menos duas das maiores realizações da civilização ocidental: a ciência e o Governo limitado pela lei, ou Estado de Direito, (cuja versão contemporânea é a democracia constitucional ou liberal).

Em ambos os casos, o da ciência e o do Estado de Direito, nenhuma autoridade última é atribuída a qualquer indivi-

duo, ou grupo de indivíduos. No entanto, isso não decorre da premissa (tão popular nos nossos dias) de que não existe diferença objectiva entre verdadeiro e falso, ou entre certo e errado, e de que, por isso, cada um teria a sua verdade. Pelo contrário, se há domínios em que essas distinções são cruciais, esses são seguramente os domínios da ciência e da lei: a ciência procura eliminar as teorias erradas e a lei procura proteger o inocente contra o agressor.

Como é possível conciliar, por um lado, a firme convicção de que existe verdade e erro, certo e errado, e, por outro, a recusa de atribuir a um indivíduo ou grupo de indivíduos a autoridade última de desenhar essas distinções? Karl Popper sugere uma explicação: isto é possível se distinguirmos, por um lado, a existência objectiva de verdade e de bem e, por outro, a existência do conhecimento subjectivo da verdade e do bem. Por outras palavras, existem padrões objectivos de verdade e de bem, mas todos nós somos falíveis na percepção desses padrões. A possibilidade de corrigirmos os nossos erros de percepção e de nos aproximarmos dos padrões objectivos de verdade e de bem assenta, por isso, na possibilidade de submetermos as percepções de cada um à crítica dos outros. Essa crítica tem como suporte fundamental o confronto com os factos, ou com as consequências decorrentes das nossas percepções.

Esta teoria costuma ser descrita pela expressão “conjecturas e refutações”. Permito-me sublinhar a visão interacionista subjacente ao método das conjecturas e refutações. Este método parece hoje bastante claro: o nosso conhecimento progride por ensaio e erro. Mas nem sempre tem sido enfatizado que o método do ensaio e erro só funciona num ambiente aberto de interacção — um ponto que de certa forma supera discussões intermináveis entre o chamado individualismo e o chamado comunitarismo. Karl Popper era certamente um individualista, por contraste com o colectivismo, mas via o indivíduo em interacção com os outros e enraizado em modos de vida e instituições.

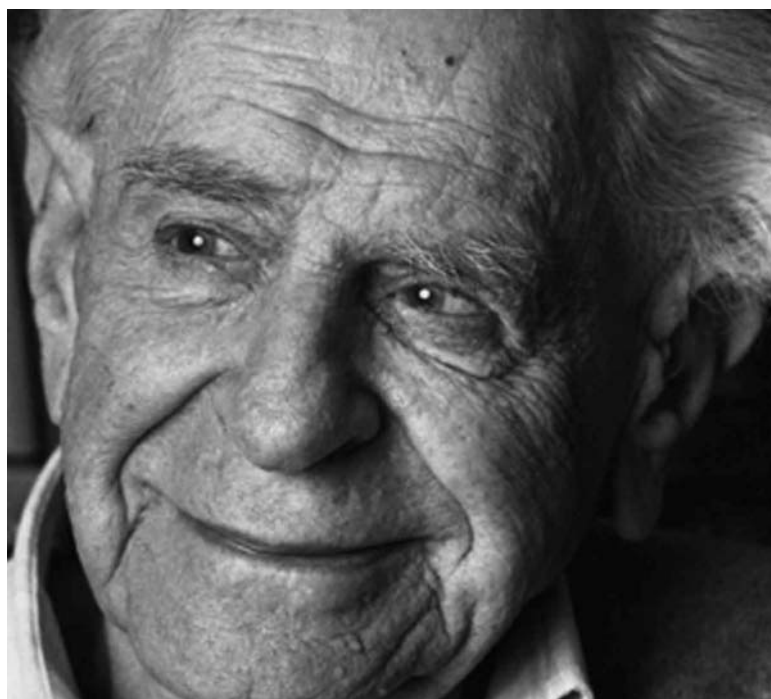
O conceito de interacção requer desde logo a liberdade de crítica entre pontos de vista rivais. Mas, mais do que isso, requer também a possibilidade de diferentes propostas serem postas em prática sem o acordo prévio de todos, ou sequer da maioria. Novas descobertas e novas melhorias no campo científico e social emergem muitas vezes de iniciativas minoritárias, muitas vezes individuais, que, quando são lançadas, merecem reprovação da maioria. Se a sua experimentação dependesse da autorização prévia dos chamados “colectivos”, elas nunca seriam autorizadas e, por isso, os seus benefícios nunca chegariam a ser conhecidos.

Muitos admiradores de Popper viram aqui uma teoria anti-conservadora favorável por princípio à inovação. Creio que se trata de um mal entendido, ainda que compreensível. Popper nunca disse que uma inovação, só por ser inovação, é necessariamente melhor do que uma tradição. Disse que deve existir uma interacção aberta entre tradição e mudança. Só essa interacção – designadamente a comparação entre os resultados de uma e de outra – permitirá saber, ou melhor, ir tentativamente sabendo, as vantagens comparativas de cada uma delas. Por esta razão, da mesma forma que uma inovação não deve depender de prévio assentimento da maioria, também uma inovação não deve ser coercivamente generalizada apenas porque detém momentâneo apoio de uma maioria. Idealmente, deve existir terreno para a coexistência concorrencial entre elas. Gradual e descentralizada, as pessoas, as instituições e as gerações irão comparando os resultados respectivos e irão seleccionando as que lhe parecerem mais vantajosas.

A esta visão sobre o papel crucial da interacção podemos chamar pluralista e evolucionista. É pluralista porque contém uma forte presunção a favor da liberdade e da coexistência de diferentes práticas, diferentes tradições e diferentes inovações. Por outras palavras, porque coloca o ónus da prova numa proibição (que pode ser necessária, mas tem de ser justificada e, em caso de dúvida, rejeitada), e porque coloca também o ónus da prova numa proposta de uniformização. Em contrapartida, é evolucionista porque não valoriza a pluralidade como um fim em si mesmo: a pluralidade é vista como condição indispensável à melhoria ou evolução. Como o nosso conhecimento é sempre limitado e falível, a pluralidade é a condição perene para podermos cometer erros e aprender com os nossos erros. Esta aprendizagem tanto pode implicar abandonar uma tradição que se revelou desvantajosa face a uma inovação, como abandonar uma inovação e retomar uma tradição que, afinal de contas, se revelou melhor do que uma inovação que inicialmente nos parecia preferível. Este processo, para poder ter lugar e permitir a correcção reversiva de escolhas, deve ser tão descentralizado quanto possível. Ele constitui o processo de aprendizagem inerente às sociedades abertas.

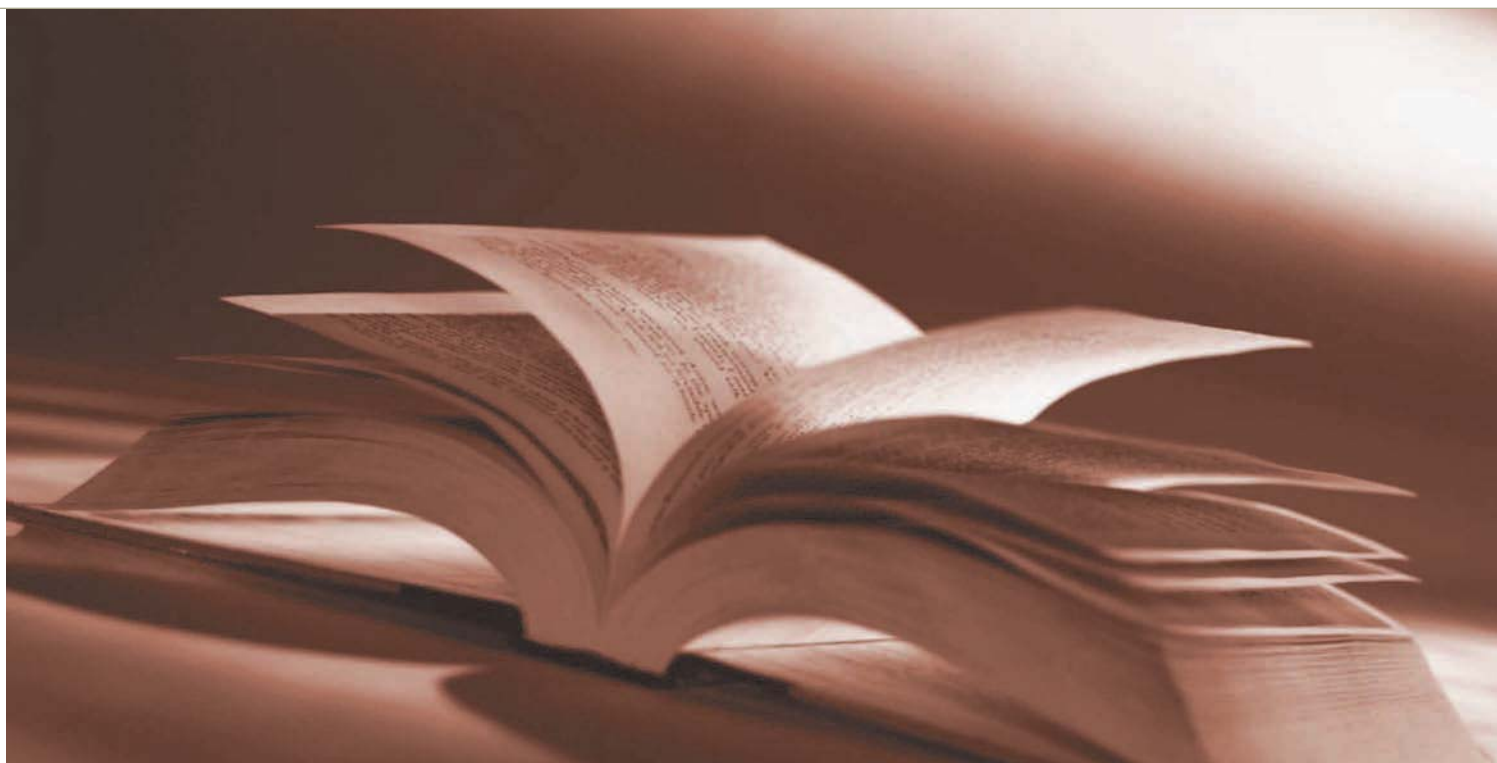
Este processo de aprendizagem descentralizado das sociedades abertas só é possível se elas viverem sob o primado da lei, sob a limitação e equilíbrio de todos os poderes através da lei. É a lei que garante a cada pessoa e instituição, enquanto associação livre entre pessoas e gerações, uma esfera

de inviolabilidade no interior da qual podem exercer as suas escolhas em segurança. Esse é o significado dos célebres direitos inalienáveis dos homens à vida, à liberdade e à busca da felicidade, consagrados na Declaração de Independência norte-americana. A democracia, no sentido da tomada de decisões por maioria, é por isso apenas supletiva: aplica-se apenas naquelas áreas em que tem de haver decisões colectivas. Para além dessas áreas, existe uma vasta esfera – que podíamos designar por sociedade civil – em que as decisões não são políticas, nem colectivas, nem centralizadas: elas simplesmente acontecem e são tomadas descentralizada e pelos indivíduos, famílias e instituições a que dizem respeito. Isto é o que significa o princípio do Governo limitado pela lei.



Uma esfera, cuja autonomia relativamente à acção política é particularmente importante para Karl Popper, é a esfera da moral. Muitos dos seus admiradores concluíram daqui que isso significa que a acção política deve ser independente, ou neutra, relativamente aos princípios morais. Creio, mais uma vez, que se trata de um mal entendido. Popper pensava que os princípios morais é que devem ser independentes das conveniências políticas. Por outras palavras, o perigo não está tanto em introduzir pregação moral na política (o que ele também não desejava), mas, sobretudo, em politizar a moral. Uma sociedade aberta é também aquela que reconhece a autonomia da moral relativamente à vontade política e que submete o exercício da vontade política a limites morais. Numa sociedade aberta, o poder político, em rigor, todos os poderes são limitados pela lei e pela moral.

A pergunta inevitável é, neste ponto, a de saber quem decide ou faz os princípios morais. A resposta, decorrente da teoria pluralista e evolucionista das conjecturas e refutações, será to-



dos e ninguém. Ninguém, no sentido em que nenhuma pessoa ou grupo de pessoas particulares está encarregue de decidir, ou desenhar, ou decretar princípios morais. Todos, no sentido em que todos procuram princípios morais e dessa forma participam no processo interaccionista de descoberta, por ensaio e erro, de princípios morais. Este processo de interacção envolve indivíduos, famílias, instituições e gerações. Nas sociedades abertas que emergiram no Ocidente, as principais inspirações para a vida moral que lhes subjaz emergem da filosofia clássica de Atenas e do Cristianismo. O próprio Iluminismo do século XVIII, de que Popper era um defensor de tipo especial, deve ser visto como uma nova faceta da conversação entre aquelas inspirações clássicas.

Karl Popper repetiu-me vezes sem conta que uma expressão importante da vida moral do Ocidente reside na gentlemanship – uma atitude que nunca foi centralmente desenhada, mas que se enraizou profundamente no mundo de língua inglesa e, sobretudo, na sua amada Inglaterra (de que, como se sabe, não era aliás originário). Os gentlemen nunca se tomam demasiado a sério, explicou-me Popper, mas estão preparados para tomar muito a sério os seus deveres, especialmente quando os outros só falam dos seus direitos. Winston Churchill era, para Karl Popper, o melhor exemplo de um gentleman no século XX.

*

A minha dívida intelectual e pessoal para com Karl Popper é imensa e dificilmente pode ser descrita. Foi a descoberta e o estudo da sua obra que me libertaram definitivamente do arcaísmo marxista em que me deixara enredar na juventude (e para o qual, verdade seja dita, nos parecia empurrar irremediavelmente o arcaísmo do Portugal de Salazar e Caetano). Tive depois o privilégio de conhecer pessoalmente Karl Popper, em 1987. Insistiu que eu devia estudar em Inglaterra ou na América, e foi meu referee na minha candidatura a doutoramento em Oxford. Ralf Dahrendorf, o meu orienta-

dor em Oxford, tinha sido aluno de Karl Popper na London School of Economics and Political Science (da qual viria depois a ser director) e era seu enfático admirador. Entre Agosto de 1990 e Agosto de 1994, durante o doutoramento em Oxford, visitei Popper regularmente na sua simpática casa em Kenley, a sul de Londres. Aí tive também o privilégio de levar o casal Mário Soares e Maria Barroso, acompanhados da sua filha Isabel, e, mais tarde, Diogo Freitas do Amaral.

Terminado o doutoramento em Oxford, Karl Popper insistiu que eu tinha de aceitar um convite para leccionar nas Universidades de Brown e Stanford, nos EUA. Para lá segui em Agosto de 1994, poucos dias depois de ter ido entregar-lhe um exemplar da minha tese de doutoramento, entretanto aprovada. Foi a minha última visita a sua casa, numa bela tarde de verão, saboreada em mais uma longa conversa no jardim, que Popper fazia questão de conservar imaculado. Escassas semanas após ter chegado à América, voei com tristeza de regresso a Londres para assistir ao seu funeral, celebrado por um pastor anglicano. Nessa noite, viajando de carro com Dahrendorf entre Londres e Oxford, mantivemos longos períodos de silêncio. O nosso herói tinha partido.

Agradeço à editora Esfera do Caos e ao seu director, Francisco Abreu, a oportunidade que me concedem de expressar uma vez mais a minha homenagem a Karl Popper. Só desejo que este prefácio não tenha dissuadido o leitor de passar às páginas que se seguem. Elas são bem melhores do que as que aqui terminam.

* PREFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA DE *BUSCA INACABADA: AUTOBIOGRAFIA INTELLECTUAL*, DE KARL POPPER (LISBOA: ESFERA DO CAOS, 2008)

*Numa sociedade aberta,
o poder político, em rigor, todos os
poderes são limitados pela
lei e pela moral.*